

# A PRESERVAÇÃO DE FACE NA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Danielle Brancalhão dos SANTOS<sup>1</sup>

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Cristina Jaeger HINTZE

## RESUMO

Essa pesquisa, integrada ao projeto institucional *Linguagem e Identidade Cultural*, trata da preservação de face utilizada consciente ou inconscientemente na interação entre os membros do Conselho Universitário (COU) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, posteriormente, na transcrição das atas, sendo esse processo de responsabilidade da secretária do Conselho. Os discursos foram gravados inicialmente em fitas k-7, para configurar um texto com valor de documento acadêmico. O *corpus* analisado foi obtido a partir de atas de reuniões desse Conselho durante o ano de 2004, totalizando duas unidades para essa investigação. O objetivo proposto teve a finalidade de investigar as marcas da linguagem oral em um texto escrito, comparando-o desde o momento em que foi proferido até o momento transcrito em ata. Para a construção do dispositivo teórico-analítico, usaram-se as orientações de parte de um modelo teórico de linha sociointeracional de compreensão, com processos de natureza lingüística, textual e discursiva, norteados por três tipos de operações: idealização, reformulação e adaptação. O resultado da pesquisa respalda o entendimento de que a oralidade e escrita são práticas sociais que, embora com ordens lingüística, textual e discursiva diferentes, não são habilidades dicotômicas, mas têm a sua legitimidade assentada em demandas sociais e culturais impostas.

**PALAVRAS-CHAVE:** preservação de face; transcrição; oralidade; escrita.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde os tempos remotos, a língua escrita constitui um instrumento legitimador de identidade cultural. Como diz Wheatley (1971, p. 401), citado por Sampon (1996, p. 47), a “escrita é uma característica essencial da vida urbana”. Por exemplo, é por meio

---

<sup>1</sup>UEM - Universidade Estadual de Maringá - Programa de pós-graduação em Letras  
Av. Colombo, 5790 – Jd. Universitário - CEP: 87020-900 - Maringá – PR – Brasil  
danibrancalhao@hotmail.com

da escrita suméria, considerada a mais antiga da Antiguidade, que os estudiosos fazem conjecturas sobre as civilizações dos anos 4500 antes da nossa era. (SAMPON, 1996).

No âmbito das relações entre as palavras e as coisas, a similitude, a representação e a interpretação marcam, por assim dizer, os diferentes modos de o homem buscar o sentido, que embora não esteja na palavra escrita, é apontado por ela. Em outros dizeres, a escrita é a marca concreta, a materialidade que permite o homem retroceder na história e reelaborar conhecimentos que ampliam o escopo semiótico do seu universo e, por conseguinte, do conhecimento da sua própria história.

Quanto aos usos e funções, a escrita sempre foi um instrumento poderoso de força e de poder a serviço dos valores constitutivos das culturas, relativamente às suas identidades culturais e à manutenção de seus modelos sociais.

O capital lingüístico materializado pela escrita tem exercido múltiplas funções sociais. Sob a égide da legitimidade e da constitucionalidade da língua padrão culta, a língua escrita tem sido instrumento altamente argumentativa para unir, convencer, mas também e, infelizmente, para vigiar e punir. (BECHARA, 2003; DESBORDES, 1990; GNERRE, 1991; SOARES, 2002).

A relação entre uma língua e a identidade cultural do povo que a fala não se limita apenas à escrita. Primeiro porque a maioria das culturas é oral. Aliás, é de consenso da maioria dos estudiosos que a língua oral tem precedência em relação à escrita (KRISTEVA, 1969; SAMPON, 1996; VIGOTSKI; LURIA; LEONTIEV, 1991).

Como mostram os trabalhos de lingüistas e sociólogos (CASTILHO, 1978), até os dias atuais, a linguagem oral aponta múltiplos efeitos de sentidos concernentes aos estatutos e aos papéis sociais dos sujeitos falantes.

É nesse clima acadêmico-científico de disposição para a investigação das questões sociais, políticas e filosóficas, que ora propulsionam o fazer científico no

campo dos estudos da linguagem que esse trabalho encontra pertinência acadêmica. Isso posto, o objetivo do trabalho é constituir o dispositivo teórico analítico com a finalidade de investigar as marcas da linguagem oral em um texto escrito, o qual sofreu um processo de transcrição.

## **DAS ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO NA INTERAÇÃO VERBAL SOB UMA PERSPECTIVA SÓCIO-INTERACIONAL.**

Conforme Marcuschi (1999), Urbano (1999) e Barros (1999), a interação verbal é um processo cooperativo no qual entram em jogo múltiplas estratégias de cooperação. Essas estratégias são resultantes da interpretação que cada falante faz das expectativas do(s) seu(s) interlocutor(es). (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999). No caso dos conselheiros do COU, é possível se dizer que cada conselheiro tenta legitimar, da melhor forma possível, o seu papel de representante de um campo do saber, o curso que representa, e de demais questões relativas à sua alçada, por exemplo, o conhecimento das leis que regem a organização burocrática da universidade, em termos mais abrangentes, os conhecimentos pressupostos pelo teor de um processo, entre outros que o conselheiro estabelece como sendo pertinentes para a construção do sujeito que ele pretende interpretar.

Em virtude do aparato formal das reuniões do COU, a interação é estabelecida segundo *frames*<sup>2</sup> burocráticos bem assentados. Nesse caso, a interação verbal face a

---

<sup>2</sup> Segundo Preti (1999), a noção de frame “está ligada aos mecanismos cognitivos que influem sobre o processo de compreensão da linguagem, a partir de pistas encontradas no texto escrito ou oral”; para Van Dijk (1996:78), frames são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito. Essas unidades contêm as informações essenciais, típicas e possíveis, associadas a tal conceito.

face "resulta de um projeto conjunto de interlocutores em atividades colaborativas e coordenadas de co-produção de sentido e não de uma simples interpretação semântica de enunciados proferidos" (MARCUSCHI, 1999, p.15). Todavia, à medida que a reunião se desenvolve, entrecruzam-se com os *frames* burocráticos, traços e/ou marcas lingüístico-discursivas e pragmáticas que oscilam, para mais ou para menos, entre os pólos formal/informal da oralidade, principalmente nas discussões das matérias nas quais não entram em jogo o texto escrito para ser falado, como o caso dos relatos de processos.

## **DA PESQUISA**

Essa pesquisa trata da preservação de face utilizada consciente ou inconscientemente na interação entre os membros do Conselho Universitário (COU) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, posteriormente, na transcrição das atas, gravadas inicialmente em fitas k-7, para configurar um texto com valor de documento acadêmico, transcrição a qual é de responsabilidade da secretária do Conselho.

A pesquisa está integrada ao projeto institucional *Linguagem e Identidade Cultural* o qual, por sua vez, agrega-se às pesquisas de estudos lusófonos no Brasil.

O corpus que será analisado foi obtido a partir de atas de reuniões do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá (UEM) durante o ano de 2004, totalizando duas unidades para essa investigação.

É importante ressaltar que as atas em questão foram transcritas a partir de fitas k-7, gerando um texto com marcas próprias da oralidade e com modificações

necessárias, no que se refere aos discursos presentes nas fitas, ao adequar um texto espontâneo para um texto reproduzido, formal, tenso e monitorado.

## **DISPOSITIVO TEÓRICO E ANÁLISE DO CORPUS**

A linguagem enquanto atividade cognitiva é compreendida segundo atividades de compreensão como:

- conhecimentos lingüísticos;
- conhecimentos enciclopédicos;
- conhecimentos partilhados;
- crenças pessoais;
- normas de contextualização;
- condições situacionais de produção;
- normas protocolares;
- normas de conduta, etc.

O dispositivo teórico-analítico do presente trabalho se alicerça em pressupostos tais como:

- a língua é uma atividade cognitiva, social, heterogênea e histórica, por que acompanha, adapta-se e molda-se às demandas socioculturalmente impostas (DESBORDES,1990).
- a competência lingüística é uma dentre outras tais como a lógica, a pragmática, a perceptual e a social.
- o texto é um evento discursivo no qual interagem sujeitos com diferentes experiências de mundo; e, por isso, a língua não se esgota na sua mensagem,

mas ressoa, aponta efeitos de sentidos que, dialogando com outros textos e outras temáticas discursivas, dá vazão a outras vozes e a outros efeitos de sentidos que, por sua vez, formam infinitas cadeias chamadas discursos.

- concorda-se com o entendimento de que a oralidade e a escrita são práticas sociais e que, no bojo das atividades enunciativas orais e/ou escritas, elas podem se apresentar com diferentes graus de imbricação uma na outra. De modo que, como coloca Marcuschi (2003), as diferenças entre oralidade e escrita não são polares, mas ocorrem dentro de um "continuum tipológico das práticas sociais de produção textual"(p. 37).

## **DA ANÁLISE**

Segundo Fávero & Andrade (1999, IN PRETI, p. 169), a preservação de face “pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para orientar o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes a normas.”

Nesse sentido, iniciando a análise propriamente dita, especificamente nas transcrições das atas, nota-se que há uma preocupação por parte da transcritora relacionada à sua preservação de face, isto é, alguns procedimentos, verificáveis, garantem com que a responsabilidade e legitimação do que é dito não recaia sobre sua polidez discursiva, tornando-a imparcial, aparentemente, pois “interagir é jogar com regras dinamicamente escolhidas, por isso é um jogo perigoso: nem sempre se escolhe a regra certa.” (MARCUSCHI, 1999, IN PRETI, p. 30)

À medida que são feitas as transcrições, são notáveis algumas inserções, alguns apagamentos, enfim, marcas de refacção do texto e não somente a pura transcrição, como se verifica no exemplo a seguir:

C1 fita: Essa lei foi mudada no CAD não sabemos por quê. (...)  
O que é isso gente? Acho que nós mudamos tudo.

No trecho da fita nota-se que o conselheiro usou um discurso ofensivo, deixando claro sua indignação com a situação que estava sendo debatida, mas quando o trecho é transcrito para a ata, esse trecho sofre, além de um apagamento, uma suavização no teor das palavras, recorrendo a uma reparação do discurso agressivo, talvez polêmico, para discurso não-agressivo.

C1 ata: disse que o objeto do parecer que a Câmara de Assuntos Administrativos discutiu, foi o problema de colocar em vigor uma lei que foi retirada de vigor no CAD pelo professor (...). Disse que é surpreendente que no parecer de vista, o objeto é a inadimplência. Disse que falando da inadimplência, até é possível admitir que o objeto seja deslocado, mas agora admitir, no parecer de vista, quando diz “e sim sofrer sanções disciplinares e administrativas”, a conselheira acha que teria que sofrer sanções administrativas, é no início do processo, no qual a servidora se viu contrariada na lei. Disse que na sua percepção, o parecer de vista é um parecer que aponta para um

castigo, portanto não acha correto intimidar a recorrente. (ata 11, p. 03, linhas 37 a 45)

Para fins práticos, denominar-se-á tal recurso como sendo *preservação de face por reparação polêmica*. Dessa maneira, a secretária garante a preservação da face da conselheira à medida que a exposição agressiva é reparada no documento o qual possui caráter jurídico/fiduciário, preservando também a sua face, a qual poderia ser questionada em relação à veracidade do comentário da conselheira.

O trecho a seguir consta da fita, mas não foi citado na ata, sendo então omitido pela secretária ao fazer a transcrição. A importância do breve comentário para o presente trabalho está no tom evasivo com o qual o conselheiro afirma que não irá mudar o seu relato e a atitude da secretária em relação ao mesmo, caracterizando uma *preservação de face por distanciamento* ao abster-se de acrescentar tal comentário no documento-ata, não comprometendo a si e ao conselheiro.

C2 fita: Não, o meu relato é isso aí mesmo.

Outra marca de interferência da secretária em relação ao discurso dos conselheiros é a *preservação de face por reparação agregada*, notável nas correções ortográficas perceptíveis na pronúncia, como é o caso do verbo *explicar* conjugado na terceira pessoa do singular no pretérito perfeito *explicou* pronunciado como *explicô*:

C3 Fita: (...) a chefe de departamento de administração me explicô a situação (...)



C3 ata: (...) a chefe do Departamento de Administração, explicou que houve um problema técnico (...) (ata 11, p. 04, linhas 19 e 20)

A reescritura das atas, na retextualização do texto oral para o escrito, é o que permite o acontecimento da preservação de face da secretária em relação ao que é retextualizado. Assim, ela tem tempo hábil para planejar o que irá constar do documento, diferentemente dos conselheiros, os quais durante seu *continuum* falado produzem um discurso espontâneo, fluente à situação que ocorre (URBANO, 1999, p. 133).

A paráfrase do discurso ou a passagem do discurso direto para o discurso indireto fazem com que a transcrição fique reduzida em número de palavras e mais objetiva em relação ao conteúdo relevante da fala, sem truncamentos ou divagações desnecessárias, ou seja, uma *preservação de face por apagamento*.

C4 fita: É a minha fala vai mais ou menos de encontro à professora (...), todo respeito professor (...), eu entendo que o que está em discussão e deliberação no COU é o pedido da isenção das mensalidades (...) 37

C4 ata: (...) informou que o objeto de discussão e deliberação no Conselho Universitário, é o pedido de isenção das mensalidades com base em resolução do Conselho de Administração(...) 26

Como nota-se nos trechos acima, houve uma redução no número de palavras, sendo que o trecho da fita há 37 palavras e no da ata 26 palavras, tornando o discurso mais objetivo e claro. Além de ser feita a omissão de dois detalhes importantes: o trecho no qual o conselheiro se desculpa com o outro conselheiro por estar dizendo algo que contrária o seu discurso; e a inadequação na regência *ir de encontro* ao invés de *ir ao encontro*, uma vez que o discurso do conselheiro corrobora com o que foi dito pela professora que ele cita.

Outro exemplo de interferência da transcritora no enunciado dos conselheiros é a modificação solicitada para ser feita no relato de uma conselheira, quando ela pede que seja trocada expressão “de acordo” por “adequadas às”, ressaltando a necessidade de se usar a crase, a qual não foi utilizada pela transcritora, fazendo com que o trecho fique da seguinte maneira:

C4 ata: Estas modalidades de capacitação devem ser disponibilizadas de forma ampla pela Administração e adequadas as especificidades e necessidades dos diversos setores da UEM. (ata 11, p. 9, l. 6 a 8)

A preservação de face teria sido garantida aqui pela *preservação de face por citação ou discurso direto*, no entanto, a face da secretária acaba sendo exposta ao não concordar com a modificação gramatical, necessária, que foi solicitada.

Há muitos outros exemplos e marcas da diferença ocorrida entre a reunião – sua oralidade, que forma o *corpus* desse trabalho, em relação a sua transcrição, marcada pela omissão de pontos que, por exemplo, seriam desnecessários de serem citados:

C5 ata: Também, em Brasília, conversou com o professor Gilberto Alfredo Pucca Júnior (também professor da UEM), que também irá auxiliar no referido encaminhamento. (ata 21, p. 1, l. 53-55)

C5 fita: Também, em Brasília, conversou com o professor Pucca, que é nosso e que é amigo da esposa desse Fernando Haddad(...).

Nos trechos supra citados, observamos a diferença entre a fala do reitor e o que foi registrado na ata, caracterizando uma *preservação de face por reparação formal*, em outros termos, a informalidade do conselheiro, ao se referir a Fernando Haddad, evidencia o que a Análise da conversação denomina de “relaxamento”. Ou seja, o conselheiro esquece do seu compromisso com todos os elementos (sintático-semântico, discursivo, burocráticos (sua fala fará parte de um documento de natureza jurídica/fiduciária e histórica) protocolares, etc.) nos quais se pauta o discurso falado na língua padrão culta, principalmente em um contexto acadêmico e burocrático representativo dessa modalidade. Nota-se uma demonstração da importância das influências nesse processo e também um tratamento um tanto quanto informal, ao referir-se a Fernando como 'desse'.

Dois outros momentos que chamam a atenção foram na p. 2, da ata número 21, quando o reitor elogia o então senador Flávio Arns, por sua acessibilidade e isso é omitido da ata; quando o senador diz sobre a experiência feita a esse respeito – dos deficientes - na UFPR, falando sobre um pedido de ajuda aos integrantes dessa classe, como os cadeirantes, para que fosse feito algo mais útil a eles, o reitor diz desconhecer

o termo 'cadeirantes', que também é omitido da ata, poupando o registro de seu desconhecimento. E mais um fato interessante para ilustrar a preservação de faces no processo de transcrição de atas é quando a secretária omite o termo usado pelo presidente da reunião para se chegar ao nome de Olívio Dutra: "O do bigode!"., todos exemplos de *preservação de face por apagamento*.

A preservação de face está muito presente no ato da secretária, tanto ao preservar-se como ao preservar muitas vezes o reitor ou ao omitir pedaços dos discursos dos conselheiros, sem perceber sua importância semântica ou ainda podendo, talvez sem intenção, manipular os discursos a favor de um ou outro, mesmo que no sentido de preservar mais a uns do que a outros.

Há ainda marcas de *preservação de face por auto-reparação* ao observar o trecho presente na fita,

C6 fita: independente, independentemente da data em que tal pedido seja efetivado, pois a lei não determina prazos.

pois o conselheiro se retrata ao dizer o advérbio *independentemente* logo após ter mencionado o adjetivo *independente*, o qual não era cabível nessa situação. Assim como é citado por Barros (1999), citando Schegloff, Jefferson e Sacks, (1977), Marcuschi (1986), Gülich e Kotschi (1987), “o falante não quer deixar passar a oportunidade de reparar o seu próprio erro, pois teme suas conseqüências ‘conversacionais’ negativas”

Não obstante, ao ser feita a transcrição para a ata, o termo que prevalece é o adjetivo em detrimento do advérbio, configurando, assim, uma interferência prejudicial feita pela transcritora da ata, a qual não atentou para a tentativa da preservação de face

do conselheiro por meio da autocorreção e, dessa maneira, ocorre a exposição da face da transcritora, conseqüentemente ocorrendo também a exposição da face do conselheiro.

C6 ata: independente da data em que tal pedido seja efetivado, pois a lei não determina prazos. (ata 11, p. 6, l. 57)

Em se tratando de um contexto formal de produção, haja vista que o mesmo é uma reunião de um conselho universitário, segundo Maingueneau (2001, p. 19), “(...) o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambigüidades dos enunciados” e isso é o que garante que um pronunciamento como “masturbar um pouco o nosso ego”, que foi proferido pelo presidente da reunião, constando da fita e não da ata, seja entendido adequadamente, garantindo assim a *preservação da face* do mesmo por *cooperação contextual*.

Embora não esteja no escopo deste trabalho fazer investigações sintático-semânticas, o uso do *né?!* Aponta um fértil campo para investigações da gramaticalização. No caso seria pertinente investigar se ele é uma mera expressão continuativa, usada para dar tempo a construção do conteúdo do pensamento que o falante eventualmente queria comunicar, ou se interpreta relações sintáticas mais sofisticadas, por exemplo, a hipertaxe.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, concorda-se com o postulado por Marcuschi (2003, p. 36-37) de que “há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral”,

logo, a opção de reescrever a reunião em um texto denominado ata, legitimado como documento pela instituição, caracteriza uma escolha que identifica os postulados da universidade acerca de um segmento da sociedade, em outras palavras, nesse caso, o texto oral gravado em fita k-7 não é reconhecido como documento, mas o é uma vez que é retextualizado em forma de ata.

É notório o fato de que tanto a escrita quanto a fala possibilitam aos humanos desenvolverem relações complexas com os outros humanos, assim como estruturar toda uma sociedade dita civilizada. A necessidade do homem se comunicar fez, e faz, com que cada vez mais o sistema lingüístico abarque sentidos mais precisos e profundos. No entanto, foi também ao longo dos anos que a linguagem escrita conquistou o mérito de legitimadora social, validando e documentando informações necessárias, assim como o corpus do presente trabalho pois, mesmo estando registrada a reunião em fita k-7, com as falas dos participantes, ela só ganha status e valor de documento à medida que é retextualizada pela secretária e assinada pelo presidente.

Mas, foi também ao longo dos anos, principalmente contemporaneamente, que a dicotomia existente entre linguagem escrita e oral vem se atenuando. Consoante Marcuschi (2003, p. 35), tanto a linguagem oral quanto a escrita *são modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas* e ainda:

(...) a supervalorização da escrita , sobretudo a escrita alfabética, leva a uma posição de supremacia das culturas com escrita ou até mesmo dos grupos que dominam a escrita dentro de uma sociedade desigualmente desenvolvida. Separa as culturas civilizadas das primitivas.

Atualmente a linguagem é compreendida como evento social, ou seja, como algo que é produzido socialmente, que se valida socialmente, que está a serviço dos membros sociais. Logo, o uso funda a língua, e não o inverso, de uma maneira mais simplista, primeiramente se tem a prática, depois se teoriza sobre ela.

A globalização, a pluralização, a evolução dos meios de comunicação de massa, os textos eletrônicos, o hipertexto, concorrem para a construção de múltiplas coreografias sintático-semântica e discursiva da língua. Nesse sentido, o presente trabalho não se esgota nas postulações aqui sugeridas, uma vez que a língua é *energia*, *dínamis* e *ergon* e, ainda, universal, histórica e individual. (BECHARA, 2004, p.36)

No que concerne à identidade cultural, os resultados obtidos são hipóteses do que é legitimado pelo corpo acadêmico da Universidade Estadual de Maringá, como citado por Fávero e Andrade (1999, IN PRETI, p. 169), “As formas de preservação da imagem estão vinculadas não só a determinada cultura, mas também à língua dessa sociedade”. (FÁVERO & ANDRADE, 1999, IN PRETI, p. 169)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Procedimentos e recursos discursivos da conversação*. In: PRETI, Dino (Org.) *Estudos da língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas. 1999. p. 47-69.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

CASTILHO, A. T. *Variação dialetal e ensino institucionalizado de língua portuguesa*. Cadernos de Estudos Lingüístico, nº 1, p. 13-20, 1978.

CAVALLARI, Marcelo Musa. *Instrumental inadequado*. Isto é. São Paulo: Ática, 2003.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre escrita na Roma antiga*. São Paulo: Ática, 1990.

DIJK, Teun a. van. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1996.  
Enciclopédia de Bíblia, *Teologia e Filosofia*. São Paulo: Hagnos, 2000,. 6 V.

GNERRE, Maurízio. *Linguagem escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in english*. London: Longman Group Limited, 1976.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnald, 1985.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Atividades de compreensão na interação verbal*. In: PRETI, Dino (Org.) *Estudos da língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas. 1999. p. 15-45.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. 4 ed. Cortez. 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitex, 1987.

PERELMAN, Cahim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Fontes, 1999.

PRETI, Dino (Org.) *Estudos da língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas. 1999.

SAMPSON, Geoffroy. *Sistema de escrita – tipologia, história e psicologia*. São Paulo: Ática, 1996.

SOARES, Magda. *Letramento – um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2002.

URBANO, Hudinilson. *Variedades de planejamento no texto falado e no escrito*. In: PRETI, Dino (Org.) *Estudos da língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas. 1999. p. 129-151.

## CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS



BOWMAN, Alan K.;WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. (Org.) São Paulo: Ática,1998. p. 5-23.

KLEIMAN, Angela B. *Modelos de letramento e as práticas alfabetização na escola*. IN: KLEIMAN, Ângela B. (Org.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p.15-60

ROBINS, R.H. *Pequena História da lingüística*. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico. 1983.